

Documento e Informação: mediações entre inscrição e realidade

Rodrigo Rabello

Como citar: RABELLO, Rodrigo. Documento e Informação: mediações entre inscrição e realidade. In: ALMEIDA, Carlos Cândido de; VITTI-RODRIGUES, Mariana (org.). **Estudos pluridisciplinares da informação:** ciência da informação, ética e linguagem. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 33-70. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-635-0.p33-70>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

1

**DOCUMENTO E INFORMAÇÃO:
MEDIações ENTRE INSCRIÇÃO E
REALIDADE**

*DOCUMENT AND INFORMATION:
MEDIATIONS BETWEEN
INSCRIPTION AND REALITY*

Rodrigo RABELLO

UnB

rdgrabello@unb.br

<https://orcid.org/0000-0001-7217-1608>

Resumo: Considerando a importância dos conceitos de documento e informação na área de informação e questionando a suposta autossuficiência da inscrição ou registro físico (informação registrada) para a representação da realidade, objetiva-se explorar a necessidade de incorporar “mediações” para uma compreensão mais abrangente do processo de representação. Para tanto, a análise foi realizada em três abordagens, examinando tanto perspectivas tradicionais como emergentes. Elas se referem à representação da realidade como algo: 1. “Dado” (que “está aí”); 2. “Próximo”; e 3. “Distante” (ou “não muito próximo”). A apreciação contou com exemplos de aspectos presentes na trajetória das disciplinas história e documentação. Observou-se que a adoção das perspectivas relacionadas à materialidade – em contextos de institucionalidade – emerge como uma alternativa para a representação da realidade. Essas perspectivas incorporam “mediações” que abarcam camadas epistêmicas, políticas e éticas, permitindo uma abordagem diferenciada para o estudo do documento e da informação.

Palavras-chave: Documento; Informação; Fisicalidade; Materialidade; Representação da realidade.

Abstract: Considering the importance of the concepts of document and information in the field of information and inquiring the supposed self-sufficiency of the physical record (registered information) for the representation of reality, our aim is to explore the need to incorporate “mediations” for a more comprehensive understanding of the representation process. To do so, an analysis was carried out using three approaches, examining both traditional and emerging perspectives. They refer to the representation of reality as something: 1. “Data” (which “is there”); 2. “Proximal”; and 3. “Distant” (or “not very near”). The assessment included examples of aspects present in the history and documentation disciplines. This study observed that the adoption of perspectives related to materiality in institutional contexts emerges as an alternative for representing reality. These perspectives incorporate “mediations” that encompass epistemic, political, and ethical layers, allowing for a differentiated approach to the study of documents and information.

Keywords: Document; Information; Physicality; Materiality; Representation of reality.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio explora os conceitos “documento” e “informação” com o objetivo de iluminar tanto as contribuições quanto às limitações acadêmicas relacionadas à representação da realidade. De um lado, entende-se que a representação pode ocorrer diretamente pelo “acesso” aos produtos do processo de inscrição; de outro, questiona-se a suposta autossuficiência da informação registrada como meio suficiente para essa representação. O capítulo introduz a tese de que é necessário considerar outras dimensões ou camadas – ou mediações – para (re)posicionar o acesso e a representação da realidade, levando em conta as dimensões epistêmicas, políticas e éticas do documento e da informação.

Em uma primeira aproximação, a informação¹ pode ser conceituada como algo que possui conteúdo semântico. Um documento,² por sua vez, é um objeto simbólico composto por suporte, forma e conteúdo (informação). Esses conceitos implicam na atribuição de sentidos em um contexto específico, reconhecendo que informação e documento desempenham um papel no processo comunicativo e, portanto, intersubjetivo. A relação entre esses conceitos é amplamente explorada pelas ciências da informação e da documentação, como a biblioteconomia, a documentação, a ciência da informação, a museologia e a arquivologia. Para simplificar e alcançar

¹ A palavra “informação” encontra relação, dentre outras possibilidades, com o baixo latim da Era Merovíngia. Na época, *formaticum* e *forma* eram sinônimos de “queijo”. Um texto do latim tardio (837 d.C.) mostra a proximidade metafórica entre “informação” e “queijo”. Aquela surgiu nas línguas neolatinas a partir da base *enform-*, primeiro no francês (séc. XII) e depois no português, galego e inglês (séc. XIV). Até então, “informação” ocorria como variações de *enform-* (ou *emform-*, *ẽform-*, raramente *efform-*), predominando em relação a *inform-* no português. O verbo “enformar” tem origem no latim *efformare*, não comum em autores clássicos. Indicava colocar na fôrma. A relação entre “informação” e “queijo” reflete o desenvolvimento linguístico. “É no domínio da enformação ‘pôr na fôrma’ que devemos, enfim, procurar a experiência que orienta a informação-cómo-coisa de que fala Buckland, autor que nos guia na análise da estrutura desse moderno domínio da ‘comunicação’.” (González, 2013).

² A palavra “documento” deriva do latim *documentum*, originado do verbo latino *docēre*, relacionado ao verbo grego *δοκεῖν*, associado a termos latinos como *dicere* e *ducere*, que enfatizam sua natureza comunicativa. Os sufixos *-men* ou *-mentum*, indicando instrumento ou exemplo, conferem à palavra documento o sentido de prova do ensinado ou exemplificado. Assim, o documento é o meio de transmitir conhecimento, ou seja, possui posição estratégica em determinados contextos de comunicação. Esta abordagem etimológica pode variar entre a concepção restrita de objeto-texto e a ampla objetivação do conhecimento em suporte (Valente, 1978; Sagredo Fernández; Izquierdo Arroyo, 1982; López Yepes, 1995; Buckland, 1997). Essa objetivação encontra, portanto, a necessidade de “pôr na fôrma” alguma coisa – informação – mediante a inscrição.

alguma generalização, essas disciplinas poderão ser referidas coletivamente como “área da informação”.

A noção de inscrição³ é especialmente relevante, pois está diretamente vinculada à ideia de informação registrada, pressuposta no conceito de documento. A inscrição, muitas vezes, é vista como o produto de uma representação contida em um objeto, algo que possibilita o acesso a determinado conteúdo. O curioso é que, quando a inscrição é pensada de forma estrita, a linguagem ou outras variáveis tendem a ser negligenciadas. Isso pode levar ao entendimento controverso ou equivocado de que o simples acesso ao registro seria suficiente para resolver questões relacionadas à leitura, aprendizado, uso e apropriação da informação, assim como questões de direito, desigualdade informacional e representação da realidade.

Com essa acepção “tradicional”, as ciências da informação e da documentação têm buscado estudar o modo como os documentos atuam como portadores de informação em determinado processo comunicativo, representando ou podendo ser representados por aspectos da realidade que eles – os documentos – incorporam. Tais elementos se caracterizam pelo emprego de determinadas funções e finalidades institucionais. Adjetivos que qualificam o documento ou a informação nele contida – como bibliotecnômico, museológico, arquivístico, jurídico, administrativo, histórico, artístico, dentre outros – denotam tais funções e finalidades.

No entanto, seguindo essa lógica, o documento se limita a ser um “repositório” de conteúdo com determinada função? Em outras palavras, a dimensão informativa do conteúdo explícito – registrado – contido em um documento tem maior valor ou tem centralidade em relação a outras possíveis dimensões ou camadas? Ante a isso, defende-se o argumento de que outras mediações podem ser incluídas ou ocupar um espaço de relevância, de equivalência ou de igualdade na área de informação.

³ A ideia de inscrição em objetos remonta à necessidade de revisitar teses sobre a evolução da linguagem, passando de gestos para linguagem oral e escrita. Em hipótese, a escrita originou-se da leitura e marcas de animais, não diretamente ligada ao oral. Isso sugere que a primeira linguagem foi gestual, evoluindo para a oral. Os primeiros pictogramas representariam gestos. Até a Idade Média, a fala era dominante; livros manuscritos apoiavam discursos orais. A imprensa mudou isso, introduzindo vários estilos e mudando percepções. A escrita impressa educou o olhar e a língua. Em sociedades analfabetas, erros gramaticais inexistiam ou eram raros, pois ninguém os via (Barthes; Marty, 1987).

As camadas epistêmicas e heurísticas podem ser observadas em investigações que têm revelado uma trajetória na qual as dimensões tradicionais e emergentes coexistem, revelando, ainda, que os conceitos não são neutros. A preocupação faz parte da proposição de um programa de investigação que versa sobre a possibilidade de se estudar perspectivas de materialidade em modos de institucionalidade que envolvem informação e documento. Nessa proposta há um movimento de “mão dupla” onde documento pode ser estudado em direção à informação e esta pode ser investigada em direção ao documento (Rabello, 2019).

É interessante observar que as preocupações do gênero refletem, para além da dimensão epistêmica, a constituição histórica e etimológica de disciplinas. Tais preocupações podem levar a relações interdisciplinares prolixas, seja com a *diplomática* e com a *documentação* – com o foco no estudo do documento, como sugere o radical das palavras – ou com a ciência da *informação*, com o enfoque naquilo que a nomeia. A “nova” documentação tem se apresentado ou proposto ser um “lugar de encontro” para essa relação interdisciplinar. Considerar camadas, no âmbito epistêmico, se apresenta como um meio para ultrapassar obstáculos por vezes fundamentados na crença de total domínio do sujeito sobre o objeto. Transcender tais barreiras indica, por exemplo, passar a se considerar a relação de mútua intervenção de um sobre o outro, já que o objeto também atua sobre o sujeito.

A dimensão política, nesse contexto, encontra no acesso ao conteúdo registrado um ponto inicial e necessário. No entanto, a representação da realidade por meio desse conteúdo é contingente e sujeita ao arbítrio, à força ou à impossibilidade de ação daqueles que desejam, não desejam, podem ou não podem fazer valer suas posições. Essa dimensão pode ser analisada em termos de linguagem, valor, sentido, intenção, intervenção, protagonismo, compreensão e incompreensão, termos que podem se manifestar como antagonismos e assimetrias. Assim, a dimensão política do documento e da informação pode ser amplamente abordada por meio de mediações guiadas por uma visão de mundo particular, abrangendo interesses, modos de saber e de poder.

A dimensão ética, complementarmente, está preocupada com os efeitos que podem ser investigados a partir da composição e da dinâmica

das redes, sendo orientadas por modos de institucionalidade e por visões de mundo. Advém, portanto, da dimensão política. Tais caminhos buscam identificar, descrever e/ou prospectar o alcance de tais implicações e a sua reflexividade. As práticas geradoras, no caso, afetam ou implicam aqueles que estão envolvidos, direta ou indiretamente, nas ações. Nesse caso, essas práticas podem recepcionar ou restringir interpretações sobre eventos, acontecimentos, ideias, dando voz para determinados atores ou silenciando outros. Levam, portanto, a dilemas.

A relação entre as dimensões epistêmica, política e ética fundamenta o argumento sobre os desafios e as contribuições acadêmico-institucionais para a representação da realidade. Em última instância, pode ser explorada em termos de “materialidade” do documento e da informação. Em função da atenção dedicada ao documento e ao seu conteúdo (tradicionalmente entendido como informação), esses aspectos foram exemplificados com base em pressupostos das disciplinas história e documentação. A primeira origina-se nas crônicas e na crítica documental, desembocando em uma interlocução mais ampla com as ciências sociais. A segunda emerge das estratégias de comunicação científica, no contexto do “movimento bibliográfico”, e também como parte de um projeto político mais ambicioso. Na trajetória de ambas as disciplinas, o documento – e seu conteúdo – desempenha um papel central no desenvolvimento e em sua formulação discursiva.

2 MEDIAÇÕES PARA A REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

A abordagem nesta seção segue uma dinâmica em três etapas para analisar a relação entre documento e informação. Primeiro, enfatiza-se a primazia da “coisa em si”, cuja autoridade se apoia na origem da produção e no local de armazenamento, traduzida, por exemplo, em termos de autenticidade do documento. Essa abordagem influencia a crença de que a “realidade está aí”, pois esta se apresenta como um “dado”. Em seguida, a ênfase desloca-se para o contexto, ampliando a noção hermenêutica de que, por meio da interpretação, a realidade “está próxima”. Finalmente, o ensaio aborda uma terceira situação, onde a realidade “não está tão próxi-

ma”. Nesse estágio, além de considerar o contexto e a interpretação, destaca-se a necessidade de não separar, desde o início, conteúdo e contexto, estabelecendo uma simetria necessária para entender como um influencia ou alista o outro. Isso, a princípio, permite analisar os rastros biográficos e as intencionalidades situacionalmente presentes em tal trajetória.

2.1 QUANDO A REALIDADE “ESTÁ AÍ”

A inscrição é o meio que permite uma abordagem “física” ou “fiscalista” da informação, algo que fundamenta ou dialoga com o conceito de informação registrada. A fisicalidade produzida com a inscrição pode se manifestar em dois meios de produção, processamento, armazenamento e acesso: analógico e digital. O meio analógico envolve contato direto com suportes físicos, como papel, madeira, plástico, dentre outros, para acesso e leitura de registros. Na analogia indireta, os registros são acessados eletronicamente, como é o caso, por exemplo, de um leitor de microfilme. O suporte digital é essencialmente indireto, exigindo dispositivos eletrônicos para processar e ler informações. O acondicionamento da numerabilidade é uma característica desse suporte devido à representação binária dos registros digitais. Computadores e dispositivos digitais permitem criar, receber, processar e transmitir dados, que podem ser transformados em imagens (estáticas ou em movimento), sons e textos, combinados em formatos (Rabello, 2019). Esses modos de fisicalidade constituem parte da fôrma da informação.

A análise sistemática de inscrições – tradicionalmente relacionada a suportes analógicos e a textos escritos – foi o meio para o estudo realizado, por exemplo, pela diplomática, primeiramente no âmbito do direito canônico (século XVII) e, posteriormente, para investigações e práticas profissionais realizadas nos primórdios do processo de disciplinarização de campos do conhecimento, como foi o caso da história e da arquivologia (século XIX). Abordagens dessa natureza demonstram a importância do documento como meio de representação da realidade (Rabello, 2009).

Particularmente para a diplomática, houve o interesse de analisar elementos internos e externos do documento – que compõem a forma

documental – para fins de demonstrar sua autenticidade (Duranti, 1994). A história, complementarmente, se interessou por documentos arquivados – diplomas, com função administrativa e/ou jurídica – como meio para a escrita sobre o passado, atestando seu valor de prova histórica (Bauer, 1957). Assim, tanto os discursos diplomáticos como historiográficos, no cientificismo, fundamentam seus estudos, sobretudo a partir da noção de autenticidade do texto escrito arquivado. Os arquivos têm sido locais com autoridade por comportar documentos organizados segundo determinados princípios, de modo a demonstrar ou atestar a autenticidade dos objetos armazenados em determinado conjunto documental.

Com tais características, os arquivos foram úteis no “cientificismo” dos oitocentos. Nesse contexto passaram a constituir espaços privilegiados para o acesso a fontes com vistas à escrita da história (Gay, 1990), bem como para o controle da massa documental produzida segundo a racionalidade burocrática do Estado (Weber, 2002; Fonseca, 2005). Nesse contexto, os documentos de arquivo – de natureza jurídica, administrativa e histórica (Nuñez-Contreras, 1981) – passaram a ser concebidos como o meio de contato imediato do historiador à realidade de outrora (Bauer, 1957).

Há de se observar que esse foi um momento de proposição e demarcação de campos do conhecimento. A busca pela disciplinaridade se orientou pelo arquétipo das ciências naturais. Ao fazer parte desse cenário, o processo de disciplinarização da história também foi orientado por tal arquétipo. A história – ou historiografia ou escrita da história – buscou fundamento enquanto ciência social a partir do ideário ou espírito “positivo”. Adjetivos como “metódica” (Gay, 1990) ou “positivista” (Le Goff, 2013), atribuídos à história, evidenciam essa busca por cientificidade.

A história, nesse contexto, conquistou seu espaço na universidade. Para tanto, definiu para si elementos para validar seu *status* de ciência empírica. Ela contou com um “laboratório” – o arquivo – e com um “objeto empírico” – o documento – (Gay, 1990), bem como com “métodos auxiliares” – diplomática, paleografia, numismática, dentre outros (Bloch, 1952; Valente, 1978) – para trabalhar com tal objeto. Utilizou-se, ademais, da bibliografia para organizar o registro da produção acadêmica no campo. A bibliografia foi uma estratégia de comunicação científica comum entre

os demais campos de conhecimento, igualmente em busca de alcançar ou fazer valer seu *status* de ciência.

Há de se observar que a bibliografia – ou a “arte da bibliografia” – serviu, desde a antiguidade, para a elaboração de índices sobre os documentos e seus conteúdos nos espaços físicos de bibliotecas. No século XIX, esse processo ou meio de inscrição passou a ser um “método auxiliar” das ciências. Os instrumentos gerados passaram a ser estratégicos para a organização do conhecimento registrado, permitindo com que disciplinas, sobretudo a partir dos oitocentos, pudessem acessar e utilizar os conhecimentos acumulados no respectivo campo (Woledge, 1983).

Também com pretensões de cientificidade, a bibliografia materializou o preceito atribuído e/ou difundido por Isaac Newton de que o conhecimento deve se respaldar naquele produzido anteriormente para que possa avançar – algo como subir nos ombros de gigantes para enxergar além. Nascia, então, o “movimento bibliográfico” e, com ele, uma estratégia política de comunicação científica. Esta somente passou a ser mais bem visualizada com a atuação e a mobilização de atores no final dos oitocentos e na primeira metade do século XX (Saldanha, 2020). O advogado belga, Paul Otlet, foi um dos principais atores.⁴

A organização das bibliografias, em diferentes regiões, carecia de padronização e estratégia. Isso levou à produção isolada de registros de conhecimento em determinadas localidades. Esse isolamento resultou em tornar inacessível tais registros, dificultando a produção de conhecimento previamente fundamentado, assim como levando à redundância e ao desperdício de recursos e de tempo.

Frente a esse desafio, Otlet foi um intelectual ativo, propondo estratégias teóricas, metodológicas e atuando na internacionalização do movimento, mediante a articulação de instituições para a universalização do conhecimento. Tal abordagem visava superar as barreiras geográficas e per-

⁴ A atuação de Paul Marie Gislain Otlet, no âmbito do “movimento bibliográfico”, catalisou, dentre outros aspectos, os princípios cartesianos fundamentais para a ciência moderna, a saber: a produção do conhecimento de forma “clara” e “distinta”, com a característica de “universalidade” (Descartes, 2010). A clareza é alcançada por meio da classificação e da descrição das coisas, enquanto a distinção se dá através do método, estabelecendo sua própria racionalidade. A universalidade é assegurada pela característica de replicabilidade do método para a obtenção de resultados coerentes entre si (Paty, 1995).

mitir uma disseminação mais ampla do conhecimento acumulado, reduzindo a duplicação de esforços intelectuais e facilitando a continuidade da pesquisa e da produção de conhecimento.⁵

Além das iniciativas internacionais no âmbito do “movimento bibliográfico”, certos pressupostos complementares eram indispensáveis para viabilizar o acesso global. Estes incluíam a representação e organização do conhecimento – com a produção, por exemplo, de linguagens documentais, como é o caso de sistemas de classificação –, envolvendo a necessidade de conjugar padronização da representação dos documentos bibliográficos, em conjunto com a criação de um espaço físico capaz de abrigar uma rede centralizada e estruturada internacionalmente. Essa infraestrutura formaria uma abrangente “base de dados” bibliográfica a ser acessada pelos membros da rede.

No âmbito da representação descritiva, pode ser observado, por exemplo, a utilização e a difusão de fichas catalográficas estandardizadas, no padrão americano, e da aplicação do princípio monográfico, algo que preceituava que cada documento deveria ser registrado uma vez, embora utilizando da estratégia de remissivas (Santos, 2006). No âmbito do tratamento temático, se notabilizou a customização do sistema de Classificação Decimal (CDD), do bibliotecário estadunidense Melvil Dewey, a pedido de Otlet para a elaboração da Classificação Decimal Universal (CDU).

Em termos de infraestrutura, além do uso das tecnologias disponíveis na época, como o microfilme, foram estabelecidos e mantidos repertórios temáticos que incorporavam registros bibliográficos gerados e compartilhados por uma rede de colaboradores. Numa metáfora comum do século XIX, que associava o funcionamento da sociedade e das instituições, esses registros eram comparados ao “sangue” que fluía pelas “artérias” da infraestrutura até o “coração” – o Mundaneum –,⁶ concebido como a ins-

⁵ As iniciativas de internacionalização no campo bibliográfico, lideradas por Paul Otlet, incluíram a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) em 1895. Mais tarde, em 1931, o IIB foi renomeado como Instituto Internacional de Documentação (IID), incorporando o termo “documentação”. Em 1938, um avanço significativo ocorreu com a criação da Federação Internacional de Documentação (FID). (Rayward, 1994).

⁶ Por conta da turbulência do período entre guerras, aventou-se, na primeira metade do século XX, a construção do Mundaneum. Otlet chegou a solicitar, formalmente, a construção do espaço junto a autoridades de diferentes países, dentre os quais, a Bélgica. Neste caso, o plano era que o Mundaneum

tuição central⁷ para receber, organizar e disseminar esses registros. Nesse processo de retroalimentação, coordenação e colaboração internacional, o Mundaneum atuava como o “núcleo” vital da iniciativa.

A força do documento bibliográfico decorre da sua conveniência e praticidade para a comunicação científica. O documento bibliográfico, desde o início da Idade Moderna, seguiu a tradição do formato códice, ou seja, apresentava-se como uma brochura, unida na lombada (vértice), mas passando a ser produzido mecanicamente no impresso em papel. Ainda hoje este documento abrange textos monográficos, relatórios e publicações diversas, como livros, anais de eventos e periódicos científicos, sendo estes últimos produzidos em séries periódicas. A concepção de documento bibliográfico, nesse contexto, foi útil a um entendimento voltado para o seu conteúdo. Este passou a ser tratado, temática e descritivamente, de modo fragmentado, considerando seções e capítulos, textos de comunicações em eventos ou artigos de periódicos, de acordo com as informações contidas.⁸

Além da influência política direcionada à comunicação científica, a amizade entre Otlet e o também advogado belga, Henri La Fontaine, repercutiu em outras ações na política internacional, transcendendo o campo bibliográfico. Dentre os pensamentos que influenciaram ambos os advogados, merece destaque a corrente filosófica denominada positivismo. Essa perspectiva fazia parte do repertório político e intelectual do final do século XIX e início do século XX. Nela, o conceito de “estado positivista” representava, para o filósofo francês Auguste Comte, a última fase histórica

fosse construído na capital Bruxelas. O projeto nunca foi finalizado por conta, dentre outros aspectos, da adversidade do momento histórico. Otlet faleceu em 10 de dezembro de 1944 em sua terra natal, portanto, um pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em 2 de setembro de 1945. Hoje há um museu em Mons, na Bélgica, que recebe o nome Mundaneum e também funciona como um repositório de documentos produzidos por Otlet, por seus colaboradores e por pesquisadores que têm resgatado a sua memória. Link: <http://www.mundaneum.org/en>

⁷ “O Mundaneum, centro científico, documentário, educativo e social, desenvolve-se em três direções: como ideia, como instituição e como corpo físico de coleções e serviços.” (Otlet, 2018, p. 650).

⁸ No trabalho de Fayet-Scribe (2001) é destacada a importância da transformação na concepção da unidade documental, passando de uma visão unitária para outra que pode considerar aquela unidade de maneira fragmentada, de acordo com o conteúdo temático. Nesse contexto, a Classificação Decimal Universal (CDU) e sistemas de classificação facetada – como o *Colon Classification* (CC), sistema desenvolvido pelo matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan –, desempenharam um papel significativo. Permitiram a flexibilidade técnica para organizar conteúdos com base nas relações entre unidades e fragmentos documentais, possibilitando atender demandas sociais por informação.

(Comte, 1972), sinalizando o “fim da história” (Benoit, 1999). Esta visão, também baseada na ciência e propagada por Comte, delineava uma era de “iluminismo radical” onde os conflitos sociais seriam eliminados.

Esse cenário guarda certa afinidade com o pacifismo de Otlet e La Fontaine, o último agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 1913. Suas ideias foram apresentadas e debatidas na Liga das Nações e no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, antecessores da UNESCO (Rayward, 2014). Parte do idealismo de Otlet e La Fontaine converge para um argumento: se os conflitos bélicos resultam da ignorância e se nem todos têm acesso ao conhecimento científico, então a promoção universal desse conhecimento poderia contribuir ativamente para a paz mundial. Este conceito reflete, como também afirmava em alguma medida o positivismo, a visão idealizada de uma sociedade onde os conflitos sociais, pelo menos os mais extremos, não teriam lugar quando sob a “luz” do conhecimento.

O desdobramento da bibliografia ocorreu no início do século XX, em meio ao avanço de diversas áreas do conhecimento e ao progresso tecnológico, como os benefícios trazidos pela fotografia, pelo rádio e pela imagem em movimento. Para Otlet, essa evolução indicava que a concepção tradicional de documento bibliográfico – escrito e resultante dos avanços técnico-operacionais entre o códice manuscrito e o livro impresso⁹ – tornava-se insuficiente. Com o tempo, a concepção centrada no texto escrito deixou de ser adequada como a única fonte de produção do conhecimento científico. Esse entendimento revelou a necessidade de expandir a noção de documento para incorporar as transformações intelectuais e tecnológicas em curso, atendendo às diferentes especializações do saber.

A premência de mudança no cenário conceitual e empírico foi fundamental para que Otlet pudesse estabelecer, no início do século XX, uma

⁹ A concepção de adquirir conhecimento diretamente por meio dos livros impressos em suporte papel é recente, já que resulta da revolução técnica alcançada com a criação da prensa de Johannes Gutenberg. Até o século XV, os livros manuscritos eram produzidos por escribas/religiosos. A partir daqueles avanços, na Idade Moderna o significado do conhecimento mudou. A raiz grega da verdade, *alêtheia*, reflete essa evolução: *á-lethés*, significando “antes do esquecimento” (era oral), e *á-letheia*, significando “retirar o véu” (era da imprensa). A invenção do alfabeto tipográfico, que confina a palavra no espaço, alterou relações audição/visão, refletida na pintura com a revolução na forma de tratar a perspectiva (Barthes; Marty, 1987).

conexão direta entre as expressões antigas *bíblion* (grego)¹⁰ e *documentum* (latim), de modo a tentar unir o que foi então separado, sobretudo em um momento de consolidação das ciências. Noutras palavras, a limitação epistêmica e operacional dos documentos bibliográficos de então levou Otlet a resgatar a noção antiga de livro ou *biblos*,¹¹ sendo este objeto concebido como qualquer suporte físico que continha *logos*¹² (Rabello, 2009).

Para substituir as palavra “bibliografia” ou a adjetivação “bibliográfico”, Otlet propôs os termos “bibliologia” ou “documentologia”¹³ para representar uma área de estudos, mas foi “documentação” que prevaleceu, compondo inclusive o título de sua obra seminal, *Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*, publicada em 1934.¹⁴ O termo ainda é utilizado nesse sentido disciplinar (López Yepes, 1995), embora outra parte relevante do sentido original da documentação – como um meio para alcançar objetivos políticos voltados para uma cultura de paz na *Belle Époque* europeia (Rayward, 2014) – seja frequentemente esquecido.¹⁵

¹⁰ O “[...] *bíblion* será para nós a unidade intelectual e abstrata, mas que podemos encontrar, concreta e realmente, assumindo diferentes formas [...]” (Otlet, 2018, p. 60). Constitui “[...] o pensamento fixado pela escrita das palavras ou imagens das coisas, signos visíveis fixados num suporte material” (Otlet, 2018, p. 13). Nesse sentido, qualquer objeto poderia ser valorado como documento, transcendendo a noção de documento bibliográfico associada a textos escritos, em suporte papel (Otlet, 2018).

¹¹ Os registros contidos em múltiplos rolos de papiro tiveram sua origem na expressão grega *bíblion* (βιβλίον). A unidade era denominada *biblos* (βιβλίον), no latim *rotulus* ou *volumen*. Outras derivações são comuns, como biblioteca (do grego βιβλιοθήκη, ou seja, *bíblion*, βιβλίον + *thēkē*, θήκη = caixa, estojo, baú), biblioteconomia (soma-se, no sufixo, a palavra grega *nomos*, νόμος = lei, regra, norma), bibliografia (grafia, escrita, γραφή, ou cópia sobre o *biblos*), bibliometria (aferição da medida ou da quantidade de *biblos*). No contexto religioso medieval, o termo *bibliotheca* era também utilizado para se referir a uma obra composta por diversos rolos, como aqueles que constituíam a Bíblia cristã. Desse período, derivam termos do latim que persistem atualmente: *folium* (folha), *liber* (unidade intelectual) e *volumen* (volume físico ou unidade material) (Valente, 1978).

¹² Por *logos* (do grego λόγος) (Chauí, 2003), compreende-se o verbo, o pensamento ou discurso racional, o conhecimento, algo que hodiernamente tem sido denominado informação (Rendón Rojas, 1997).

¹³ Tanto bibliologia como documentologia se referem ao estudo (*logos*) sobre o *biblos*, ou seja, ciência (geral ou parcial) do livro e do documento. A bibliologia geral “[...] deve consistir em estudar as leis gerais de produção, intercâmbio e consumo literário” (Otlet, 2018, p. 567).

¹⁴ Conforme observado anteriormente, o termo “documentação”, antes da publicação do *Traité*, já nomeava, em 1931, o Instituto Internacional de Documentação (IID).

¹⁵ Desconsiderar os objetivos originários da documentação acaba por descontextualizar ou distorcer o papel estratégico da disciplina em seu projeto político original. É interessante notar que o afastamento desses objetivos de inspiração “iluminista” tem adquirido novos matizes na contemporaneidade. O contexto digital, nas últimas décadas, possibilitou a substituição dos suportes analógicos, resultando em modificações sem precedentes nos meios de produção, tratamento, circulação e utilização da informação. No âmbito da documentação científica e tecnológica, desde a segunda metade do século XX, as bases de dados referenciais e de acesso a textos completos, disponíveis em plataformas digitais, têm substituído as bibliografias,

O início da história e da documentação científicas foi marcado por uma perspectiva positivista, que via a realidade como algo existente e acessível, a ser extraído dos documentos. Essa visão implicava que o uso de técnicas científicas seria suficiente para alcançar essa realidade, desde que fossem seguidos determinados ritos e protocolos universais, utilizando instrumentos ou fontes confiáveis de representação – expressos, em última análise, nos documentos (Rabello, 2009; Rabello; Rodrigues, 2019).

Nesse contexto, o historiador precisava apenas ancorar-se na autenticidade do documento escrito, fundamentando-se em certos atributos identificáveis para obter a certificação que validaria a “boa fé” da produção documental e de sua função como meio para a representação fidedigna da realidade. Esse processo considerava o local de origem ou armazenamento – o arquivo como um “laboratório” – e os “métodos auxiliares” que conferiam objetividade à escrita da história, como a diplomática, relevante para a análise dos elementos internos e externos do documento.

O documentalista, incorporando essa perspectiva positivista, limitava-se ao tratamento descritivo e temático dos documentos em instrumentos de organização e recuperação de conteúdo, permitindo a extração de informações tanto da fonte representada (inicialmente, o documento bibliográfico, expandindo-se para qualquer objeto de interesse científico) quanto do próprio instrumento de representação (como catálogos e repertórios). Assim, buscava-se iluminar o homem da razão, promovendo, por exemplo, o conhecimento que orientaria para a paz mundial.

Os exemplos observados nas práticas de historiadores e documentalistas, especialmente nos primórdios dessas disciplinas, refletem a crença de que a aplicação cuidadosa da técnica, com foco na eficiência e eficácia dos instrumentos, seria suficiente para garantir a autenticidade do documento. Isso permitiria um acesso fiel à verdade do discurso, seja ele jurídico, administrativo ou histórico. Essa associação entre autenticidade documental e veracidade discursiva persiste até hoje, especialmente sob preceitos

oferecendo maior praticidade e agilidade na produção e no acesso ao conhecimento. Ademais, essas bases de dados fornecem serviços e modos de sistematização de dados cientométricos que eram inimagináveis para os movimentos bibliográfico e documentalista.

tradicionais, estendendo-se não apenas à história e à documentação, mas também a áreas como o direito, a administração e a arquivologia.

2.2 QUANDO A REALIDADE “ESTÁ PRÓXIMA”

O “movimento dos *Annales*” (Reis, 2004) ou “escola dos *Annales*” (Burke, 1997), que originou, posteriormente, a “nova história” (Le Goff, 1978; Burke, 1992), nasceu do encontro entre Lucien Febvre e Marc Bloch em Estrasburgo (França). Essa perspectiva historiográfica teve como marco inicial a criação do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em janeiro de 1929. Ele surgiu, dentre outros aspectos, do questionamento da narrativa historiográfica tradicional, que priorizava feitos políticos de “grandes” personalidades, acontecimentos históricos chancelados pelo poder vigente, além de documentos oficiais arquivados como principais fontes. Os fundadores, e os colaboradores, buscaram uma abordagem interdisciplinar que dialogasse com as ciências sociais.

Em outras palavras, a primeira geração dos *Annales* ampliou a concepção de documento ao, dentre outros aspectos, questionar a abordagem historiográfica centrada em documentos oficiais escritos. Reconheceram que documentar ou reconhecer o valor de um objeto como documento é uma ação hermenêutica, trazendo novos horizontes para o questionamento das fontes historiográficas. Com isso foi possível estabelecer interpretações segundo as quais o documento se apresenta como “objeto da memória” (Meneses, 1998), dotado de “vida social” (Appadurai, 1991) e “biografia” própria (Kopytoff, 1991), com uma dimensão política nele encarnada, na condição, também, de “monumento” (Le Goff, 2013).

O enunciado “todo documento é um monumento” contrasta com a visão historiográfica positivista, que considerava todo documento autêntico uma prova histórica de “boa fé”, algo supostamente essencial para uma representação fidedigna da realidade. A ideia do “documento/monumento” expõe as limitações do positivismo, pois, ao ser um monumento com intencionalidades, o documento reflete relações de poder. Nesse sentido, não há um documento primário isento de influências. A durabilidade do “documento/monumento” permite que sociedades históricas moldem sua

imagem, consciente ou involuntariamente. Portanto, não existem documentos absolutamente verdadeiros, exigindo dos historiadores uma abordagem crítica à luz dessa constatação (Le Goff, 2013).

O desafio hermenêutico tornou o trabalho do historiador mais complexo, exigindo a seleção e interpretação de evidências documentais que antes eram comumente consideradas irrelevantes, sempre com a consciência de que o contexto contribui para a produção daquilo que documento representa. A capacidade de ler “nas entrelinhas” (Bloch, 1952; Le Goff, 2013) permitiu ao historiador ir além das informações aparentemente insignificantes dos objetos, buscando evidências – por meio do questionamento – para esclarecer tanto a investigação do passado quanto a relação do homem com o tempo. Os historiadores dos *Annales* reconheceram a materialidade dos objetos e dos espaços a partir de sua produção em uma cultura específica, contribuindo significativamente para os estudos de cultura material.

A ampliação do conceito de documento pela historiografia permitiu uma nova convergência com a documentação. A historiografia “metódica” ou “tradicional”, com seu foco no documento escrito arquivado, compartilhava com a documentação a ideia de neutralidade do documento como uma fonte para a compreensão da realidade. Essa noção foi preservada mesmo quando Otlet propôs uma expansão do conceito de documento. No entanto, a ampliação conceitual proposta pelos historiadores dos *Annales* difere da abordagem da documentação otletiana (Rabello, 2009). Enquanto a documentação ainda estava enraizada no positivismo (Rayward, 1994; Bezerra; Saldanha, 2013), os historiadores dos *Annales* ampliaram o conceito de documento em um contexto que criticava os preceitos dessa perspectiva filosófica (Bloch, 1952; Burke, 1997; Reis, 2004; Le Goff, 2013).¹⁶

¹⁶ Para ilustrar a situação, se faz relevante observar que para Otlet todo objeto poderia se tornar um documento e, por meio dele, haveria a garantia de acesso inequívoco à realidade. Em analogia – segundo essa “fase positivista” da documentação (Rabello, 2009) –, seria possível “[...] remover fatos de documentos do mesmo modo que descascamos ervilhas de suas vagens” (Rayward, 1994, p. 247, tradução nossa). Por sua vez, os mentores dos *Annales*, ao estenderem a compreensão do conceito de documento, lançavam críticas sobre a história “positivista” (Le Goff, 2013). Isso porque esta abordagem historiográfica “tradicional” sustentava, em grande medida, a possibilidade de acesso inequívoco à realidade mediante os registros escritos arquivados. Os representantes do “movimento dos *Annales*”, por outro lado, tinham uma visão diferente em relação às fontes documentais. Para eles, quanto mais a pesquisa buscava revelar os eventos

Curiosamente, embora as propostas de ampliação conceitual de documento pela documentação e pela historiografia tenham surgido por volta da década de 1930, a relação entre elas permanece pouco clara. Há escassa menção a uma interação direta entre o movimento documentalista e o historiográfico, apesar de ambos atuarem no contexto francófono e abordarem, cada qual a seu modo, os limites das fontes documentais para a ciência (Rabello, 2009). Além disso, é relevante notar que os estudos de cultura material influenciavam e eram influenciados por diversos campos do saber, além do historiográfico (Pesez, 1978; Bucaille; Pesez, 1989), levantando a questão de até que ponto esses estudos contribuíram ou estabeleceram alguma relação com o início da documentação.

A contribuição dos estudos de cultura material, em uma perspectiva hermenêutica, repousa sobre o reconhecimento de que os símbolos materiais dos documentos comunicam e representam, mediante a linguagem. Estudos neofuncionalistas “[...] exploram como os objetos materiais, incluindo documentos, na prática carregam significados como veículos de expressões simbólicas” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 64, tradução nossa). Ainda assim, uma de suas limitações consiste no entendimento de existência de artefatos acabados, deixando de considerá-los em processo, em sua história. Isso porque, o que “[...] flui nos estudos de cultura material não é o documento, mas sua interpretação, e o material se torna um mero atributo.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 65, tradução nossa).

A interseção entre a documentação e a historiografia da Escola dos *Annales* ganha novas nuances, especialmente com as contribuições da bibliotecária francesa Suzanne Briet, seguidora de Paul Otlet. Em seu ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, publicado em 1951, Briet abre espaço para uma “fase hermenêutica” da documentação (Rabello, 2009) que se alinha ao início dos *Annales*, envolvendo dimensões representacionais e de validação, seja em termos indiciários, simbólicos ou probatórios.¹⁷

fundamentais, mais ela dependia da convergência de testemunhos diversos em sua natureza (Bloch, 1952).

¹⁷ Ao creditar uma citação a um “bibliógrafo contemporâneo preocupado com a clareza”, Briet põe em evidência uma dimensão indiciária, simbólica e probatória envolvida no processo de representação documental, seja o documento na condição de “uma prova que sustenta um fato”, ou como um “índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, de reconstituir ou de provar um fenômeno físico ou intelectual” (Briet, 1951, p. 7, tradução nossa).

A partir da década de 1950, a ideia de neutralidade do documento, conforme expresso por Otlet, começou a ser problematizada. Embora Briet (1951) não tenha abordado essa questão explicitamente, a discussão tornou-se evidente nos trabalhos de autores que revisitaram e expandiram os estudos sobre a abordagem otlet-brietiana da documentação (Meyriat, 1981; 1993; Escarpit, 1981; Rayward, 1994; Buckland, 1991; 1995; 1997; Frohmann, 1992; Day, 1997; Lund, 2010; Fayet-Scribe, 2012).

Com essa perspectiva, passou-se a argumentar que o documento não possui neutralidade intrínseca, tendo em vista o seu valor simbólico conferido dentro de um contexto cultural e institucional (Rabello, 2019). Assim, o documento resulta de uma interpretação situada, que depende de quem o utiliza e de onde a informação é aplicada (Meyriat, 1981). Essa dinâmica está intimamente vinculada à interação e à intervenção do interpretante na sociedade, bem como à sua relação com os objetos. Considerando a noção de contexto como definidora, quem interpreta atua sobre os objetos, enquanto, reciprocamente, os objetos influenciam aqueles que os interpretam. Essa noção, todavia, pressupõe polos que, de acordo com o ponto de partida, engendram ou são engendrados em um processo de redução.

A noção de contexto, sob uma perspectiva hermenêutica, sugere que o documento depende de uma intervenção externa para ser interpretado. Em vez de reduzir o papel do documento – como ocorre ao adotar categorias prévias de análise –, uma alternativa seria possibilitar uma posição em que os participantes do processo interpretativo possam ser representados a partir de seu próprio espaço e tempo, algo que lhe garantiria rastreabilidade. Para isso, seria adequado adotar os procedimentos dos próprios atores, evitando um ato inquisidor para *fazer, ou obrigar, os documentos falarem*. O objetivo seria, em vez disso, estabelecer uma relação etnográfica de modo a *deixá-los falar*, desde que se rastreiem “[...] as pistas deixadas pelas atividades deles na formação e desmantelamento de grupos.” (Latour, 2012, p. 51).

2.3 QUANDO A REALIDADE “NÃO ESTÁ MUITO PRÓXIMA”

A ideia de capacidade de rastreabilidade dos documentos que *podem falar* pode ser sintetizada no seguinte enunciado: um documento “significa

o que diz”, algo que pressupõe que “o significado dos documentos está contido neles”, bem como “esse significado é amplamente direto e autoevidente.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 60, tradução nossa). Os estudos de ciência e tecnologia, a partir dessa perspectiva, parecem pressupor que a realidade não apenas “está próxima”, mas que ela “está dada”, isto é, “ela está aí”. No entanto, *permitir que o documento fale*, já que ele “significa o que diz” – ou seja, o documento documenta – envolve relações complexas, ou, em outras palavras, mediações, o que demonstra que a realidade “não está tão próxima” quanto se poderia supor.

A rastreabilidade da relação entre documento e informação, da sua forma e conteúdo, depende da relutância de se separar artefato das práticas que documentam. Os estudos de ciência e tecnologia dependem da interpretação dos documentos e das práticas que documentam o próprio artefato, suas técnicas e os seus papéis sociais. Houve mudanças na produção de documentos, o que implica tanto no modo como são criados quanto nas formas que assumem. Essas mudanças, incluindo a digitalização de documentos, dificultam a interpretação de sua rastreabilidade. Em suma, à luz de tais variáveis, há o entendimento de que o documento compreende “qualquer artefato que inclua referências substanciais aos processos sociais por meio dos quais foi produzido e reproduzido” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 59, tradução nossa).

A ideia de que a realidade “está aí” se fundamenta, sobremaneira, na fisicalidade da informação, relacionada às propriedades que garantem a existência do objeto-suporte no espaço e no tempo. Já a concepção de que a realidade “não está tão próxima” abre caminho, para além da fisicalidade, para outras camadas ou mediações de interpretação, encontradas na materialidade da informação. A materialidade se manifesta nos enunciados, registrados ou não,¹⁸ e abrange outras dimensões, como as epistêmicas, políticas e éticas. Ela se fortalece com o processo de inscrição e tanto compõe quanto é composta por redes. Nessas redes, a materialidade é operacionali-

¹⁸ Tal dinâmica já era considerada na primeira metade do século XX, quando se passou a ter interesse na ação que “[...] acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento que impressiona o cérebro do leitor”. (Otlet, 1937).

zada por práticas guiadas por modos de institucionalidade, que podem ser formais, semiformais ou informais.

2.3.1 PERSPECTIVAS DE MATERIALIDADE

As pesquisas de Bernd Frohmann¹⁹ estabelecem uma distinção das “práticas documentárias”, focadas no processo de documentar, em relação à “ontologia da informação”, que se concentra na informação abstrata ou imaterial, com um enfoque nos aspectos “cognitivos” e “mentalistas” individuais do humano. Para tal diferenciação, o autor propõe aquilo que ele nomeou “ontologia documentária” (Frohmann, 2008b). Essa abordagem considera ações sociais que conduzem “práticas informacionais”, mobilizadas por “práticas não-documentárias” e podendo culminar em “práticas documentárias”, estas por ele também denominadas de “documentação”.²⁰

A proposição de “práticas documentárias” também encontra terreno fértil na noção de “artefato híbrido” ou “quase-objeto”, que fundamenta pesquisas do tipo ator-rede (Frohmann, 1995). Inicialmente exemplificados como a “rádio aberta” e a “info-bahn”, esses híbridos evoluem para a ideia unificada de “documentos” em textos posteriores, refletindo uma perspectiva “neodocumentalista”. Frohmann busca reinterpretar as práticas documentárias, em linha com as transformações promovidas pela teoria ator-rede (TAR)²¹ nos estudos de ciência e tecnologia (González de Gómez, 2012).

¹⁹ Bernd Frohmann é um pesquisador alemão radicado no Canadá e concentrou seus estudos no campo da teoria da mídia, arqueologia da mídia e ética midiática. Ele trabalhou na Universidade de Western Ontario até sua aposentadoria em 2012. Frohmann faz parte de uma corrente de pesquisa que emergiu na década de 1990 no campo da ciência da informação, conhecida como “nova” documentação. Essa corrente também inclui destacados autores como Rayward, Buckland, Lund, Day, entre outros.

²⁰ As práticas documentárias e as relações discursivas se tornam questões que abrangem aspectos tanto epistemológicos quanto políticos. Frohmann exemplifica esse conceito por meio das formas discursivas de Paul Otlet, onde a noção de sistema documentário leva em consideração as propriedades materiais da informação quando ele tentou propor uma sociedade baseada em uma cultura de paz.

²¹ A teoria ator-rede ou teoria *do* ator-rede (TAR), também conhecida como ANT (sigla em inglês para *Actor-Network Theory*), foi explorada por Frohmann no âmbito da ciência da informação. A TAR foi originalmente formulada por Michel Callon e desenvolvida com base nas contribuições de Bruno Latour, no início da década de 1980, no âmbito do *Centre de Sociologie de l'Innovation* (CSI) da *École Nationale Supérieure des Mines* de Paris.

Portanto, mediante as contribuições de Frohmann²², é possível explorar a materialidade da informação e do documento no âmbito da “neo” ou “nova” documentação. Esta abordagem retoma ideias de Paul Otlet, de Suzanne Briet e de outros autores documentalistas, além daqueles denominados pós-estruturalistas e/ou que estão envolvidos em estudos de ciência e tecnologia. A “nova” documentação tem contribuído com a expansão da compreensão de documento e de informação. Ela contrasta com a perspectiva fisicalista, tradição supostamente originária do campo informacional (Capurro, 2007). Para estabelecer a diferenciação em relação à visão tradicional, Frohmann faz uma distinção entre materialidade e fisicalidade²³ (Frohmann, 2008a).

O conceito de materialidade da informação em Frohmann baseia-se, em parte, na análise do discurso de Foucault (Frohmann, 2008a), mas também abrange a política da informação em regimes ou redes sociotécnicas de forma mais ampla (Frohmann, 1995; 2008b; Amorim; Rabello, 2023). A complexidade dessas redes revela que a realidade “não está tão próxima”. Essa abordagem considera os aspectos sociais que influenciam a criação de enunciados, bem como os efeitos que eles geram. A análise do discurso, por sua vez, concentra-se nos enunciados que moldam a dinâmica do poder, especialmente por meio de especialistas e porta-vozes, aos quais se atribui autoridade.²⁴

²² Para realizar essa análise, foi realizada uma revisão de trabalhos publicados por Frohmann (1995, 2008a, 2008b). Além disso, foram consideradas as contribuições de outros autores no campo da informação que dialogam com a teoria de Frohmann (Day, 1997; Ferrando; Freitas, 2017; González de Gómez, 2012; Rabello, 2022b; Amorim; Rabello, 2023).

²³ A abordagem fisicalista, como o nome indica, enfoca a fisicalidade da informação, ou seja, a informação registrada. Esta informação pode ser quantificada, manipulada, processada, controlada e armazenada em sistemas de informação. Tal perspectiva tem no horizonte a realidade que idealmente “está aí” nas inscrições. A fisicalidade se refere, portanto, às propriedades físicas do suporte e de seu registro. Tais propriedades permitem a realização de pesquisas ou práticas profissionais aplicadas, sobretudo para melhorar o funcionamento do sistema de informação. Busca, portanto, meios técnicos para solucionar problemas informacionais. Entretanto, a questão epistemológica e social se coloca quando a abordagem fisicalista reivindica, para si, neutralidade técnica e política. Nesse contexto, o documento é concebido exclusivamente como um suporte para a informação registrada. À luz da suposta neutralidade técnica e política incorporada no documento, por meio dele seria possível, em tese, o acesso direto e inequívoco à realidade. Conforme observado há pouco, essa é a relação segundo a qual a história, “metódica” ou “positivista”, e a documentação, em sua “fase positivista”, constroem o conceito de documento.

²⁴ As classificações ou representações da realidade, seja para fins documentários ou não, são formas pelas quais os enunciados são apresentados. Elas podem utilizar linguagem artificial ou natural e podem ser orais ou

O conceito de “dispositivo”,²⁵ de Michel Foucault, é relevante para a análise das relações de poder na leitura de Bernd Frohmann (Ferrando; Freitas, 2017).²⁶ Nele Foucault reconhece que “*épistémê*” é um dispositivo discursivo, distinguindo-o dos não discursivos. A fase genealógica da produção de Foucault acomoda o conceito de dispositivo como um conjunto heterogêneo que abrange discursos, instituições, regulamentos, leis e outros elementos, discursivos e não discursivos, que formam uma rede. De modo geral, o dispositivo é uma formação que, em um contexto histórico específico, tem uma função estratégica primordial na resposta a urgências, desempenhando um papel dominante na dinâmica do poder (Foucault, 2002).

O documento e a informação, nessa perspectiva, não são neutros. A qualidade do enunciado influencia a circulação da informação. Ele – o documento – pode ter diferentes graus de estabilidade. A fisicalidade, no caso, contribui para sua permanência, mas não é definidora. A informação pode ter materialidade, ao circular socialmente, sem necessariamente estar registrada em um suporte físico. A estabilidade influencia a adaptabilidade do discurso em sua capacidade de gerar efeitos. Para Frohmann (2008a; 2008b), nos estudos de materialidade da informação, o mais importante são os efeitos (políticos) dos enunciados e suas implicações (éticas).

registradas, científicas e técnicas ou, ainda, em linguagem não especializada. A linguagem científica ou técnica – na forma registrada – se encontra, por exemplo, em publicações científicas, manuais profissionais que orientam práticas, como os códigos médicos e penais, sistemas de classificação bibliográficos, em bibliografias ou bases de dados bibliográficos, dentre outros exemplos. Na linguagem técnica não registrada, encontram-se, por exemplo, apresentações orais em eventos, conversas informais entre profissionais e acadêmicas. Na linguagem não especializada – que pode ser, por exemplo, realizada pela oralidade e circular entre pessoas alfabetizadas ou não alfabetizadas –, a dependência da memória individual ganha uma dimensão ainda mais relevante. Esse seria o caso de conhecimentos transmitidos oralmente por gerações, conforme ocorre, por exemplo, com líderes em comunidades de povos originários. Essa linguagem não especializada pode se valer, ainda, de inscrições diversas, com a produção de documentos de interesse comum em determinada rede ou institucionalidade informal ou semiformal, como grupos ou interações em redes sociais em plataformas digitais, produção de documentação em determinada comunidade para fins de memória, defesa de determinado pensamento, dentre outros.

²⁵ Originado nas obras *Vigiar e Punir*, de 1975, e *História da Sexualidade*, iniciada em 1976, a coletânea *Microfísica do Poder* resume o entendimento de Foucault (2002) sobre o dispositivo. Ele enfatiza a heterogeneidade desse conceito, indo além da fase arqueológica.

²⁶ Com base no conceito de dispositivo, Ferrando e Freitas (2017) reforçam a perspectiva de Foucault e, especificamente, a de Frohmann, ao entenderem a agência documentária como um processo no qual o documento gera efeitos. Conforme descrito pelas autoras, a agência documentária se refere ao “[...] poder de afetar do documento, que pode reposicionar formas e pensamentos de acordo com seus contextos de uso, ou ainda, a partir das práticas sociais documentárias.”

A materialidade da informação se manifesta em redes complexas de relações que podem ser denominadas de regimes. Os “regimes de verdade” estabelecem quando uma verdade é concebida e aceita como verdade. Os “regimes de materialidade” são orientados pela ordem das redes e das instituições. Já os “regimes de informação”, para Frohmann (1995, 2008a, 2008b), constituem uma síntese das perspectivas anteriores, segundo a qual se encontra a assimetria orientada pela relação entre poder e conhecimento.

A apropriação de Frohmann da TAR se desenvolveu concebendo-a como uma abordagem heurística para investigar o meio pelo qual os atores, em rede, interagem e criam a realidade. Noutras palavras, a TAR compreende o estudo da sociedade como sendo composto por associações entre atores.²⁷ Portanto, essas associações sociais e técnicas – numa palavra, sociotécnicas – constituem redes as quais englobam uma série de transformações, traduções e deslocamentos que se desenrolam dentro dos cursos de ação (Latour; Woolgar, 1997).²⁸

Nesse contexto, tanto os atores humanos quanto os não-humanos (instituições, objetos, tecnologias, seres orgânicos e inorgânicos) têm a capacidade de agir, sendo considerados, por conseguinte, como “actantes” (Latour, 2017).²⁹ A abordagem da TAR, como ponto de partida, não

²⁷ Faz-se menção à concepção de sociedade defendida, no século XIX, pelo sociólogo francês Gabriel Tarde, em diálogo e em contraponto à concepção de sociedade pelo também sociólogo francês Émile Durkheim, mobilizada pelo conceito de “fato social” (Latour, 2012). A concepção de Tarde tem sido relevante para estudos de ciência e tecnologia.

²⁸ Um curso de ação é composto por desvios, e a interpretação desses desvios “define uma defasagem que representa a medida da tradução” (Latour, 2016, p. 28). Um desvio é uma alteração no curso de ação original, que pode resultar em uma nova tradução. Dessa forma, novos elementos são incorporados, formando uma composição (Latour, 2016). O objeto de estudo de um curso de ação é sociotécnico quando envolve atores humanos (pessoas) e atores não-humanos (artefatos, instituições, seres orgânicos e inorgânicos, etc.). Os atores humanos e não-humanos se entrelaçam e formam entidades coletivas mutáveis, conhecidas como híbridos.

²⁹ Na atuação dos atores em rede, as linguagens podem transcender os meios convencionais de registro simbólico, como a linguagem escrita com alfabetos e regras gramaticais. Nos meios digitais, as linguagens contam com o recurso da numeralidade binária, expresso em metadados, orientadas por fórmulas de ação, ou algoritmos. Outros métodos de intervenção e inscrição em objetos, sejam eles artificiais ou naturais, podem ocorrer por meio de simples modificações no suporte, como esculpir, escrever, deformar, (re) programar, ou mesmo na simples preservação de um objeto, analógico ou digital, para fins de conhecimento, memória, afetividade, dentre outros. Nesse contexto, as “marcas” nos objetos refletem intenções específicas, atribuídas em contexto. Tais “marcas” (sentidos e intencionalidades) podem orientar, por exemplo, critérios para formação de coleções, seja em instituições formais, como em um museu, ou em institucionalidades informais, como em práticas de colecionismo.

faz distinções hierárquicas entre atores,³⁰ uma vez que eles são tratados de forma simétrica. Isso faz da TAR um recurso heurístico, permitindo uma análise que “segue os próprios atores” e oferece uma “[...] maneira mais científica de construir o mundo social” (Latour, 2012, p. 45).

Esse entendimento se refere a uma sociomaterialidade, como a imagem de algo “[...] nodoso, evocado tanto em observações empíricas comuns quanto em ontologias relacionais desenvolvidas analiticamente” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 65, tradução nossa).. Essa perspectiva relacional e com o enfoque no processo é relevante como um modo de “[...] corroborar a história do documento, rastreando-a por meio de quaisquer transformações anteriores.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 65, tradução nossa). Os fios bagunçados desse percurso necessitam ser acompanhados até se chegar ao desfecho do novelo, mesmo que tal desfecho seja provisório e, portanto, situacional.

As inscrições não são apenas marcas da trajetória dos documentos, mas também revelam defasagens e desvios de significação. Suas instâncias materiais permitem que o trabalho documentado – como em um laboratório – seja combinado, contrastado, manipulado e avaliado. A sobreposição dessas instâncias, semelhante à analogia com os “centros de cálculo” (Latour; Hermandt, 2004), permite que as inscrições sejam reproduzidas, distribuídas, reorganizadas e combinadas, possibilitando, assim, o alistamento de novos aliados (Callon, 2021).

³⁰ Estudos baseados na TAR partem do princípio de simetria entre atores humanos e não-humanos, reconhecendo que ambos têm a capacidade de agir e influenciar as redes de associações em que estão inseridos. No entanto, essa simetria inicial não elimina a existência de hierarquias; pelo contrário, ao analisar as associações e mediações realizadas pelos atores, a TAR permite identificar assimetrias e relações de poder. Como sugere Latour (2012), mediadores não apenas transportam significados, mas também os transformam, revelando que a dinâmica das associações pode expor desigualdades. Essa perspectiva performativa de mediação, fundamentada nas contribuições de Jean-Gabriel de Tarde, contrasta com a abordagem de Émile Durkheim, que prioriza estruturas sociais previamente estabelecidas e estáticas (Durkheim, 1972). Estudos que adotam a TAR beneficiam-se desse entendimento ao evitar definir previamente a posição dos atores, concentrando-se nas interações concretas e nas transformações que ocorrem dentro das redes.

2.3.2 MODOS DE INSTITUCIONALIDADE

A dependência dos documentos em relação ao contexto pode variar entre forte e fraca, em uma dinâmica inserida em redes que vão do altamente formalizado e organizado ao informal e pessoal, como ocorre com documentos e coleções pessoais. A partir dessa dinâmica, um “[...] documento pode servir como geral e explícito em algumas situações e se tornar particular e implícito em outras.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 71, tradução nossa). Em suma, a permanência de documentos pode estar relacionada a um grupo “[...] relativamente desenvolvido, como organizações e governos, enquanto sua efemeridade pode ser associada a movimentos sociais ou ondas de cultura popular.” (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017, p. 63, tradução nossa).

A relação dinâmica e variável entre a dependência do contexto e a permanência do documento (Shankar; Hakken; Østerlund, 2017) será abordada em termos de modos de institucionalidade (Rabello, 2019; 2024), partindo do entendimento de que as instituições são regidas por regras e normas que tanto influenciam e orientam ações, quanto são influenciadas e moldadas por determinadas práticas (Berger; Luckmann, 1995). Assim, busca-se compreender como o ordenamento e as práticas podem evidenciar, por exemplo, a formação de redes em modos institucionais que acolhem não apenas humanos, mas também outros atores.

Os modos de institucionalidade formam um espectro que vai do formal ao informal, com as instituições semiformais ocupando um espaço intermediário e correspondendo a diferentes tipos de redes (Rabello, 2019; 2024). Esses modos podem se relacionar entre si e até mudar de condição (embora isso seja menos provável nas instituições formais), refletindo seu caráter dinâmico, situacional, temporário e transitório. Eles orientam as práticas dos atores envolvidos, direta ou indiretamente, na perenidade, circulação e influência da materialidade da informação, gerando efeitos sobre aqueles que interagem com ela ou são por ela afetados. A dependência de plataformas digitais privadas, quando presente, torna a gestão da informação em instituições formais, informais ou semiformais mais complexas, devido à influência de algoritmos e políticas dessas plataformas.

As instituições formais são caracterizadas por regras explícitas, hierarquias rígidas e uma forte dependência do conhecimento técnico-científico. No caso do setor público, seus processos são burocratizados, e a comunicação, tanto interna quanto externa, ocorre sobretudo por canais oficiais. Os atores humanos, geralmente, são profissionais com expertise específica e funções técnicas, científicas e/ou legais bem definidas, conforme suas atribuições e limites de competência. No campo informacional, predominam os meios tradicionais de comunicação, além de uma variedade de equipamentos e dispositivos informacionais e culturais, como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, bases de dados, em suas diversas tipologias, tanto no setor público quanto no privado.

Em contraste, as instituições informais são mais flexíveis e horizontais, valorizando o conhecimento tácito e as experiências compartilhadas, com destaque para iniciativas comunitárias e populares em movimentos sociais. Os atores humanos, geralmente voluntários, concebem essas iniciativas como uma forma de reafirmar os objetivos da instituição vinculados com alguma identidade da comunidade, seja na reivindicação de direitos, na melhoria da qualidade de vida de seus membros ou em outras necessidades. Exemplos incluem qualquer agremiação informal para satisfazer alguma demanda não atendida por políticas públicas ou, simplesmente, para satisfazer alguma necessidade ou crença. Tais modos institucionais muitas vezes são marcados pela improvisação e/ou pela escassez de recursos, como é no caso de meios de comunicação informais, como rádios comunitárias, fanzines, blogs, ou em equipamentos ou dispositivos informacionais ou culturais informais, como bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação populares, bem como para iniciativas particulares, como é o caso do colecionismo.

As instituições semiformais combinam características de organizações formais e informais, oferecendo maior flexibilidade do que as instituições formais, mas mantendo certo grau de estruturação. O Terceiro Setor é um exemplo clássico, pois busca suprir a ausência ou insuficiência da atuação estatal em demandas específicas da comunidade, ao mesmo tempo em que concilia objetivos sociais com eficiência e sustentabilidade relativa. A participação de atores humanos nessas instituições pode incluir tanto

profissionais quanto voluntários. Exemplos dessa forma de institucionalidade incluem associações como bancos populares (para atender a demandas financeiras), cooperativas no setor produtivo, e meios de comunicação ou dispositivos informacionais e culturais alternativos, como bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação populares, muitas vezes associados a organizações não-governamentais (ONGs).

Os modos de institucionalidade encontram na informação e em sua materialidade o “amálgama” que (re)produz tanto instituições quanto redes, que, por sua vez, também (re)produzem essas informações. A materialidade da informação, seja fluida e efêmera (como na oralidade) ou tangível e física (como nos documentos), gera efeitos mais ligados às suas implicações epistêmico-políticas do que ao meio pelo qual se manifesta. Entre esses efeitos estão a mobilização de comunidades e a orientação de práticas. Independentemente do tipo de institucionalidade, as instituições-rede são orientadas por enunciados cujas positivities são fundamentais para criar “zonas de fronteira” e viabilizar a interação entre os diferentes modos de institucionalidade, do informal ao semiformal, e deste ao formal.

2.3.3 PERSPECTIVAS DE MATERIALIDADE EM MODOS DE INSTITUCIONALIDADE

A seguir, serão apresentados exemplos quase ficcionais³¹ que relacionam modos de institucionalidade com a materialidade da informação. O intuito é observar a institucionalidade “impregnada” nos atores, que orienta suas práticas documentárias. Pretende-se compreender a autoridade do ator/autor e o consequente adensamento da materialidade da informação registrada no documento, compondo e influenciando redes e práticas de terceiros.

Nos exemplos, as ações serão abordadas a partir de diferentes enfoques institucionais, podendo ser inicialmente:³² i. Formal – como a atua-

³¹ Os exemplos foram denominados (quase) ficcionais, pois se lançou mão da liberdade interpretativa das fontes consultadas para descrever, de modo ensaístico, possíveis situações que, não necessariamente, correspondem a casos especificamente e empiricamente observados.

³² A palavra “inicialmente” é estratégica, já que modos de institucionalidade não são estáticos, podendo transitar ou dialogar de um modo a outro, a depender do enfoque direcionador.

ção de um professor/pesquisador e de um legislador no contexto de uma pandemia; ou de um profissional no contexto de um sistema de informação;³³ ii. Semiformal – como no “movimento antivacina”, onde surgem questionamentos de dissidências, com ou sem alguma autoridade técnica, ainda que contestada; iii. Informal – autores e utilizadores de blogs sobre a temática trans.

Ao ser provocado pelo avanço de um ator não-humano – um vírus – um especialista em profilaxia, respaldado por diversas instâncias formais, passa a ganhar notoriedade junto à opinião pública quando suas orientações passam a ser amplificadas por entidades governamentais e não-governamentais, mediante, por exemplo, veículos de mídia e plataformas de redes sociais. O pesquisador detém prestígio em círculos acadêmicos, respaldado por sua qualificação e afiliação a uma universidade ou a centro de pesquisa. Sua influência se fundamenta em publicações em revistas e em eventos científicos, mediante revisões por pares. Ele orienta pesquisas, participa de processos de avaliação e comunica resultados. Suas instruções são valorizadas, uma vez que são respaldadas por pesquisas aceitas pela comunidade. O pesquisador transcende o ambiente acadêmico ao divulgar seus saberes, contribuindo para a saúde pública e modalizando as abordagens de prevenção.

As pesquisas do especialista em profilaxia – com autoridade – potencialmente ganharão alcances ainda maiores quando passam a fundamentar, por exemplo, determinado projeto legislativo. No processo legislativo, informações circulam na estrutura formal da casa legislativa onde parlamentares atuam representando segmentos sociais (Santana, 2023). Algumas vezes, essas informações também transitam, como estratégia do legislador, por modos de institucionalidade semiformais ou informais, quando, por exemplo, realiza uma consulta pública junto à sua base, composta por representantes da sociedade civil organizada, como ONGs, movimentos sociais e associações de moradores. A produção de documentos no âmbi-

³³ Os sistemas são aqui compreendidos como infraestruturas institucionalizadas que englobam entrada, processamento e saída de registros, com o propósito de utilização para suprir determinada necessidade. Exemplos de sistemas de informação – em setores públicos ou privados, em contextos analógicos ou digitais – incluem bibliotecas, museus, arquivos, centros de documentação, editoras, dentre outros. São estruturados por subsistemas que operam através de linguagens documentais e mecanismos de produção e utilização de metadados, tais como catálogos, repositórios, bases de dados, dentre outros.

to jurídico e administrativo sempre tem consequências, mas, no caso do processo legislativo, busca-se a máxima influência quando um tipo de instrumento – uma Lei Federal – é aprovado pelo parlamento e passa a fazer parte do ordenamento jurídico do país. Analisar e entender esses processos escalonados e suas composições desafia estudos do gênero.

Em outro exemplo, o “movimento antivacina” se mobiliza mediante enunciados, tais como “todas as vacinas são prejudiciais à saúde.” Esses movimentos formam uma rede com uma institucionalidade semiformal ou informal, baseada em convenções mais flexíveis e espontâneas, criando “verdades” para seus membros. Por vezes, pesquisadores, professores e/ou profissionais da saúde – gozando de institucionalidade formal, quando vinculados ou com formação em instituições da área – trazem ao “movimento antivacina” requintes de formalidade. A mescla dos modos de institucionalidade e das camadas de informação semântica, misinformation e desinformação amplia a complexidade para o estudo da materialidade nos regimes de informação (Vignoli; Rabello; Almeida, 2021).

O enunciado que dá vida a esse movimento exerce influência e resistência, mesmo quando propagado oralmente. Ele ganha ainda mais força e resistência por meio das práticas documentárias, ou seja, pela criação de registros, como postagens em mídias sociais, como Facebook, Instagram, WhatsApp, dentre outros, ou através da criação de websites e outras fontes, em institucionalidades marcadamente informais. Lamentavelmente, os efeitos da materialidade da informação antivacina podem ter consequências que chegam a levar ao adoecimento ou a morte de pessoas. O ressurgimento de doenças previamente erradicadas no Brasil, como o sarampo, ilustra o impacto social negativo da informação em situações de informações falsas ou imprecisas.

Existe, neste momento, o interesse de observar um exemplo em um sistema de informação. Nele, um objeto – ou suporte de informação – para ser valorado como documento depende de algumas mediações. Tal dinâmica será pensada em um contexto formal. Ele – o objeto – precisa ser selecionado e adquirido por um ator institucional, por exemplo, um bibliotecário. Esse ator necessita, mormente, de formação acadêmica e técnica, podendo passar por experiências laborais. Ao adquirir o *status* de

profissional, com alguma autoridade, o ator institucional maneja manuais e códigos, criados por ele ou por membros da comunidade profissional a qual faz parte ou dialoga. Segue, ainda, normas e regras, conforme o ordenamento jurídico o qual está deontologicamente submetido.

A inclusão de um objeto em uma rede institucional, como uma biblioteca, não depende apenas do trabalho humano, mas também de tecnologias e infraestruturas específicas.³⁴ Os critérios de seleção são estabelecidos e registrados na política de desenvolvimento de coleções, alinhada com a missão e os objetivos da instituição. Essa política determina como os objetos podem entrar, permanecer ou ser removidos do acervo. Ela também aborda a necessidade de cumprir critérios de autoridade relacionados à qualidade do conteúdo, do suporte, da autoria, da edição, dentre outros elementos. Esses aspectos, relacionados à formalização institucional do objeto, afetam a força e a permanência da materialidade da informação como fonte para representar a realidade.

A incorporação de objetos em redes ou estruturas institucionais informais ou semiformais não diminui sua relevância como fontes de informação para compreender e representar a realidade, mesmo que não sigam os ritos, procedimentos e pressupostos formais estabelecidos pelas instituições. As chamadas fontes alternativas de informação desempenham um papel crucial na reflexão sobre fenômenos cuja cobertura nem sempre é alcançada por fontes formais. Isso se aplica, por exemplo, à criação de blogs voltados para atender uma comunidade específica, como a comunidade trans.³⁵

³⁴ Em uma analogia metafórica, nesse contexto, “cartografias” se sobrepõem em “centros de cálculo”. Um “centro de cálculo” é um lugar privilegiado ou uma “[...] rede de transformações que liga cada inscrição ao mundo, e que liga em seguida cada inscrição a todas as que se tornaram comensuráveis a ela pela gravação, o desenho, o relato, o cálculo ou, mais recente, pela digitalização” (Latour; Hermandt, 2004, p. 53).

³⁵ As pessoas transexuais fazem parte do espectro que compõe o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, e mais (LGBTQIA+). A web pode desempenhar um papel importante na construção da identidade das pessoas trans, fornecendo acesso à informação e um espaço para enfrentar a violência e o preconceito. Isso permite com que a ação nesses meios influencie a dinâmica social, expandindo performances e percepções sociais, embora os resultados sejam moldados pelos contextos locais e pelos meios de comunicação utilizados. Esses meios alternativos podem permitir com que pessoas trans compartilhem suas vivências e construam redes de apoio, independentemente da localização física (Rojas, 2015).

Como meios alternativos de validação de informação, os blogs sobre a temática trans encontram no critério de “local ou lugar de fala” um meio relevante para a permanência e a força da materialidade das informações veiculadas junto à comunidade. Ela, a comunidade, reconhece as experiências pessoais dos autores dos blogs, justamente por compartilharem vivências semelhantes. Esses blogs – mesmo que, por vezes, não sejam reconhecidos academicamente como fonte de informação ou não sejam considerados por sistemas de informação formalizados – desempenham um papel relevante para a comunidade por meio da qual passa a integrar a rede.³⁶

Os critérios de autoridade e “lugar de fala” se complementam na validação de informações em mídias alternativas. Essa abordagem beneficia especialmente grupos sociologicamente marginalizados, como é o caso daqueles que fazem parte do movimento LGBTQI+, incluindo as pessoas trans. As experiências observadas em blogs produzidos por pessoas trans, direcionados para a comunidade trans, trazem questões sobre os modos de representação autorizados pelas instituições formais, como é o caso, por exemplo, das bibliotecas públicas. Tais instituições muitas vezes não se atentam para atender membros da comunidade em situações de vulnerabilidade social. A existência do “não-público” de instituições formais é um tema emergente que a área de informação necessita debater (Rabello, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo da representação da realidade, é fundamental analisar os “regimes” (de verdade, de materialidade, de informação), uma vez que eles não apenas tendem a mesclar composições mais rígidas (formais) e flexíveis, temporárias e situacionais (semiformais e informais), mas permitem a rastreabilidade das redes e dos documentos. Essas composições surgem

³⁶ Incorporar o “lugar de fala” na avaliação de conteúdo pode ser útil para bibliotecários e para usuários de informação ao selecionarem materiais pertinentes às suas situações de necessidade (Sá, 2019). Mesmo que esses blogs não sejam formalmente reconhecidos, por exemplo, pela área de informação como fontes confiáveis, eles desempenham um papel crucial na disseminação de informações e na representação de grupos específicos. Integrar o “lugar de fala” na avaliação de conteúdo para fins de seleção, aquisição e tratamento de fontes é uma alternativa útil para bibliotecários e usuários ao escolherem materiais que atendam às suas situações e necessidades de informação (Sá, 2019).

da interação entre os atores e das forças envolvidas. Assim, os regimes moldam e são moldados pelos interesses e possibilidades que influenciam e são influenciados pelos atores. Em situações de agenciamento, os enunciados – com materialidade – circulam na sociedade e podem se manifestar, por exemplo, como informação não registrada, por meio da oralidade, ou como informação registrada, mediante os documentos.

A ideia de que a realidade “está aí” – uma noção fundamental nas origens de disciplinas como a história e a documentação, que consideravam a informação registrada um canal privilegiado – parece ganhar força com a prevalência de discursos respaldados por estudos métricos ou pela suposta neutralidade tecnológica, como é o caso da inteligência artificial. Esse pensamento tende a limitar o espaço para outras formas de mediação. A crença na neutralidade da técnica, da tecnologia e dos números frequentemente resulta em políticas que, paradoxalmente, não reconhecem seu próprio caráter político. No contexto atual, os interesses do capitalismo se beneficiam dessas crenças, visando minimizar responsabilidades e ocultar as assimetrias na produção, circulação e consumo do conhecimento.³⁷

A “transformação” de um objeto em documento depende de uma composição que integra a informação e sua institucionalidade. Além disso, conceber o documento como um ente que *pode falar* e que está sempre em relação com outros atores permite uma compreensão mais complexa e situada de sua materialidade. O documento é o ponto em que a materialidade da informação se torna evidente, conferindo à informação permanência e força, características que possibilitam a rastreabilidade da memória e da “biografia” dos enunciados. Assim, uma das principais qualidades do documento é sua capacidade de rastrear a materialidade da informação, permitindo ao pesquisador seguir as redes e atores envolvidos.

É premente adotar perspectivas que não apenas questionem ou demonstrem os limites e o anacronismo do sonho positivista – que busca o acesso direto à realidade e sua representação inequívoca –, mas que tam-

³⁷ Interessante observar a assimetria entre o chamado “norte global”, central e pujante, e a periferia ou “sul global”, atrasado ou em desenvolvimento. Há, com isso, um complexo jogo em que ciência e tecnologia são, de modo geral, desenvolvidas pelo centro – tendendo a se beneficiar, obviamente, em primeiro lugar –, privando ou minimizando possíveis benefícios para os quase sempre ou apenas consumidores do sul (Santos; Meneses, 2010).

bém apresentem alternativas para as mediações sobre essa realidade. A humildade diante da complexidade do mundo é fundamental. A noção de perspectivas e camadas de materialidade da informação e de composições em redes (em distintos modos de institucionalidade) revela que, apesar do desejo de simplificação do mundo da vida, a realidade “não está tão próxima”, demandando mediações prudentes e uma presença ativa junto aos atores implicados (Rabello, 2022a).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. A materialidade da informação em Bernd Frohmann. *Ibersid*, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 103-113, jan./jun. 2023.
- APPADURAI, A. Introducción: las mercancías y la política del valor. In: APPADURAI, A. (ed.). *La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías*. México: Grijalbo, 1991. p. 17-87.
- BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/escrito. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 11.
- BAUER, W. Documentos. In: BAUER, W. *Introducción al estudio de la historia*. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1957. p. 354-377.
- BENOIT, L. O. *Sociologia comteana: gênese e devir*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. (Coleção Clássicos e Comentadores).
- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BEZERRA, A. C.; SALDANHA, G. S. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: ALBAGLI, S. (org.). *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília, DF: IBICT, 2013. p. 34-56.
- BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire, ou métier d'historien*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.
- BUCAILLE, R.; PESEZ, J.-M. Cultura material. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989. v. 16.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, June 1991.

- BUCKLAND, M. K. The centenary of “Madame Documentation”: Suzanne Briet, 1894-1989. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 46, n. 3, p. 235-237, Apr. 1995.
- BUCKLAND, M. K. What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 9, p. 804-809, Sept. 1997.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7- 37.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CALLON, M. Elementos para uma Sociologia da Tradução: a domesticação das vieiras e dos pescadores da baía de Saint-Brieuc. In: ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; COUTINHO, F. A. (org.). *Dossiê Bruno Latour*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 67-95.
- CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. *Enl@ce: revista venezolana de información, tecnología y conocimiento*, Maracaibo, v. 4, n. 1, p. 11-29, 2007.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- COMTE, A. Plano dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade. In: COMTE, A. *Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828*. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo: EdUSP, 1972. p. 55-136. (Biblioteca dos Séculos).
- DAY, R. Paul Otlet’s book and the writing of social space. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 48, n. 4, p. 310-317, Apr. 1997.
- DESCARTES, R. *Discurso do método; e, Princípios de filosofia*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.
- DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1972.
- ESCARPIT, R. *Teoría General de la Información y de la Comunicación*. Barcelona: Icaria, 1981.
- FAYET-SCRIBE, S. Connaissez-vous Suzanne Briet? *Bulletin des Bibliothèques de France (BBF)*, Villeurbanne, n. 1, p. 40-44, 2012. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0040-007>. Acesso em: 3 out. 2024.
- FAYET-SCRIBE, S. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l’information: 1895-1937*. Paris: CNRS, 2001.
- FERRANDO, T. L.; FREITAS, L. S. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. *Anais [...]*. Marília: ANCIB; Unesp, 2017.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FROHMANN, B. Documentary ethics, ontology, and politics. *Archival Science: international journal on recorded information*, Dordrecht, v. 8, n. 3, p. 165-180, Sept. 2008b. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-008-9073-y>.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008a. p. 13-36.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. *Proceedings [...]* Edmonton: CAIS; ACSI, 1995.

FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. *Journal of Documentation*, London, v. 48, n. 4, p. 365-386, Dec. 1992.

GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. In: GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 63-93.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GONZALEZ, M. Informação é conteúdo: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2013. GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação.

KOPYTOFF, I. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, A. (ed.). *La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías*. México: Grijalbo, 1991. p. 89-122.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

LATOUR, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

- LATOUR, B.; HERMANDT, È. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, A. *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 39-63.
- LATOUR, B; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J. et al. (org.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1978. p. 253- 288.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013. p. 485-499.
- LÓPEZ YEPES, J. *La documentación como disciplina: teoria e história*. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 1995.
- LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. *Journal of Documentation*, London, v. 66, n. 5 p. 734-749, 2010.
- MENESES, U. T. B. Memória e cultura material: documentos materiais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.
- MEYRIAT, J. Document, documentation e documentalogie, *Revue de Bibliologie, Schema et Schematisation*, n. 19, p. 51-63, 1981.
- MEYRIAT, J. Un siècle de documentation: la chose et le mot. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, v. 30, n. 4-5, p. 192-198, 1993.
- NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: NUÑEZ-CONTRERAS, L. *Archivística: estudios básicos*. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p. 25-44.
- OTLET, P. *Documentos e documentação: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal*, Paris, 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata), [1937].
- OTLET, P. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos; Livros, 2018.
- PATY, M. A ideia da universalidade da ciência e sua crítica filosófica e histórica. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD LATINO-AMERICANA DE HISTORIA DE LA CIENCIA Y LA TECNOLOGÍA, 4., 1995, Cali, Colombia. *Anales [...]* Cali: SLAHCT, 1995. p. 7-60.
- PESEZ, J.-M. A história da cultura material. In: LE GOFF, J. et al. (org.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1978. p. 177-213.
- RABELLO, R. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.

RABELLO, R. Mediação da informação em presença: situacionalidade, transitoriedade e simetria entre implicadores e implicados. *Logeion: filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 62-90, 2022a.

RABELLO, R. Práticas documentárias em regimes de materialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. *Anais [...]* Porto Alegre: UFRGS, 2022b. GT 1.

RABELLO, R. Studies on information users and non-users: an alternative proposal. *Open Information Science*, Berlim, v. 7, n. 1, p. 20220153, 2023.

RABELLO, R. Quando memória material e documentação popular importam: esquadrão da morte na ditadura, testemunho de uma igreja na redemocratização do brasil e intentonas golpistas. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 29, e99284, 2024.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 1-23, 2019. DOI: 10.5007/1518-2924.2019.e58738.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto International de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B. *Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext*. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 45, n. 4, p. 235-258, Apr. 1994.

RAYWARD, W. B. Introduction: international exhibitions, Paul Otlet, Henri La Fontaine e the paradox of the Belle Époque. In: RAYWARD, W. B. (ed.). *Information beyond borders: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque*. Surrey: Ashgate, 2014. p. 1-22.

REIS, J. C. *A história, entre a filosofia e a ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 118p.

RENDÓN ROJAS, M. Á. *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*. México, DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1997.

ROJAS, E. *Trans narrativas do self: uma análise a partir de diários virtuais de transição transexual no YouTube*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SÁ, J. A. *Validação de blogs como fontes alternativas de informação para o desenvolvimento de coleções: o caso da temática trans*. 2019. 82 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2019.

SAGREDO FERNÁNDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Reflexiones sobre “documento”: palabra/objeto. *Boletín Millares Carlo*, Las Palmas de Gran Canaria, n. 5, p. 161-197, 1982.

SALDANHA, G. Linha cumeada: uma arqueologia dos enunciados epistemológicos da Bibliografia na fundamentação da Ciência da Informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 25, p. 1-16, 2020. Número Especial.

SANTANA, F. L. F. *O papel do documento legislativo: do manuscrito ao digital*. 2023. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2023.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, P. M. *O ponto de inflexão Otlet: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico*. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SHANKAR, K.; HAKKEN, D.; ØSTERLUND, C. Rethinking documents. In: FELT, U.; FOUCHÉ, R. et al. (ed.). *The handbook of Science and Technology studies*. 4th ed. Cambridge; London: The MIT Press, 2017. p. 59-85.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. 3/4, p. 177-198, jul./dez. 1978.

VIGNOLI, R. G.; RABELLO, R.; ALMEIDA, C. C. Informação, misinformação, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 26, p. 1-31, 2021.

WEBER, M. Burocracia. In: WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. São Paulo: LTC, 2002.

WOLEDGE, G. “Bibliography” and “Documentation”: words and ideas. *Journal of Documentation*, London, v. 39, n. 4, p. 266-279, 1983.